Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 3883/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/10600/2013/001
PROTOCOLO	: 1898189
ÓRGÃO	: PREFEITURA DE PEDRO GOMES
ASSUNTO	: RECURSO ORDINÁRIO
RECORRENTE	: FRANCISCO VANDERLEY MOTA
DELIBERAÇÃO RECORRIDA	: AC01 - 306/2017
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. 1º E 2º TERMOS ADITIVOS. IRREGULARIDADE. MULTA. REFIS. QUITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE RENÚNCIA E DESISTÊNCIA. EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO.

DO RELATÓRIO

Inconformado com a Deliberação AC01 - 306/2017, prolatada nos autos do Processo TC/MS n. 10600/2013, que julgou o procedimento licitatório de Tomada de Preços n. 1/2013, realizado pelo Município de Pedro Gomes/MS, a formalização e o teor do Contrato n. 32/2013, celebrado com a empresa Simpa Assessoria e Planejamento Ltda - EPP, e os 1º e 2º Termos Aditivos, o Sr. Francisco Vanderley Mota, prefeito municipal, à época, interpôs o presente recurso ordinário, de acordo com os arts. 66 a 69 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

A decisão guerreada julgou irregular o procedimento licitatório, a formalização do instrumento de contrato e seus termos aditivos, aplicando ao recorrente a multa de 100 (cem) UFERMS.

Nesta peça recursal, o recorrente pleiteia o seu recebimento e provimento, para modificar os comandos da deliberação, com a consequente exclusão da multa que lhe foi aplicada.

O recurso foi recebido como tempestivo e cabível pela presidência desta Corte de Contas por encontrar-se formulado em conformidade com as normas estabelecidas nos arts. 149, 150 e 151 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, vigente à época, e, portanto, com o efeito suspensivo de que trata o art. 68 da LCE n. 160/2012.

Instada a se manifestar, a Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias (DFLCP), na Análise ANA – DFLCP - 3011/2022, trouxe a informação de que o recorrente quitou a multa referente à deliberação ora guerreada com desconto, por meio da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), razão pela qual concluiu pela homologação da desistência do recurso, a extinção e arquivamento destes autos.

No mesmo sentido, a 2ª Procuradoria de Contas (2ª PRC) exarou seu Parecer PAR – 2ª PRC – 4426/2022, opinando pela homologação da desistência recursal e extinção do feito.

DA DECISÃO

Compulsando os autos a que se refere a deliberação em questão, observa-se que o relator daquele feito se fundamentou no fato de que o órgão terceirizou serviços que abrangem sua atividade-fim, ou seja, que têm atribuições típicas de cargos permanentes, que só podem ser preenchidos por concurso público. Desta forma, maculou a contratação e motivou a aplicação da multa.

Verifica-se, também, naqueles autos, a juntada da Certidão de Quitação de Multa, ou seja, o interessado aderiu ao Refis, de que trata a Lei Estadual n. 5454/2019 e a Instrução Normativa TC/MS n. 13/2020.

De acordo com o disposto no art. 5º da INTC/MS n. 13/2020, o pagamento dos débitos com os benefícios concedidos constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC.

Desta forma, em decorrência do cumprimento da sanção de multa, paga com redução, conforme previsto na referida Instrução Normativa, a apreciação do mérito da peça recursal fica prejudicada pela perda do objeto questionado.

Assim, acolhendo a análise técnica da DFS e o parecer ministerial, nos termos do art. 4º, III, “a” e 11, V, “a”, do RITC/MS, c/c o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa TC/MS n. 13/2020, **DECIDO**:

1. Pela **homologação** da renúncia e desistência do presente Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Francisco Vanderley Mota, ex-prefeito municipal, em face à Deliberação AC01 - 306/2017, prolatada nos autos do Processo TC/MS n. 10600/2013, em razão do pagamento dos débitos questionados com os benefícios concedidos pelo Refis, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa TC/MS n. 13/2020;

2. pela **extinção e arquivamento** do presente processo, sem julgamento de mérito, pela perda do objeto em decorrência da quitação da multa com a redução do Refis, nos termos do art. 5º, c/c o art. 6º, da Instrução Normativa TC/MS n. 13/2020;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento ao recorrente e às demais autoridades administrativas competentes, na forma do art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 13 de maio de 2022.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

llss